A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12 de 9 de fevereiro de 1993, registrar o Decreto nº. 383/2010 –MD/AL, que trata da aposentadoria de JOSÉ XAVIER PARENTE DOS SANTOS, no cargo de Agente de Serviços Gerais, código e nível PL.AO.011, lotado na Assembléia Legislativa do Estado do Pará..

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº 48.403
(PROCESSO Nº. 2009/53682-2)**

Requerente: TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Aposentadoria. Registro deferido.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 9 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria Nº. 2242 de 22.10.2009, que trata da aposentadoria de ALACID TAVARES MONTEIRO, no cargo de Atendente Judiciário, lotado no Tribunal de Justiça do Estado do Pará, Comarca da Capital.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.404
(PROCESSO Nº. 2009/53892-0)**

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Aposentadoria. Registro deferido.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria AP No 064 de 02/3/2009, que trata da Aposentadoria de MARIA RITA SOARES MONTEIRO, no cargo de Professor, código GEP-M-AD-2-401, Ref. I, lotada Secretaria de Estado de Educação.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.406
(PROCESSO Nº. 2007/53596-4)**

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro LUIS DA CUNHA TEIXEIRA

EMENTA: Pensão Civil. Correção. Registro deferido.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria PS Nº 329 de 06.02.2009, que trata da Pensão Civil em favor de MARIA DAS GRAÇAS FARIAS DOS SANTOS, RODOLFO MARQUES DOS SANTOS e DIEGO MARQUES SANTOS, dependentes do ex-segurado ROTHSCCHILD NAVARRO SANTOS, recomendando ao IGEPREV que proceda a correção do ato nos termos da manifestação do Departamento de Controle Externo deste Tribunal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.407
(PROCESSO Nº. 2008/52307-5)**

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro CIPRIANO SABINO DE OLIVEIRA JÚNIOR

EMENTA: Pensão Civil. Correção do Ato. Registro deferido.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria Nº 0765 de 20.08.2002, que trata da Pensão Civil em favor de MARIA PINHEIRO DA SILVA HAGE KARAM, dependente do ex-segurado EMÍLIO HAGE KARAM, devendo o IGEPREV proceder a correção do ato na forma do parecer do Departamento de Controle Externo deste Tribunal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.408
(PROCESSOS NºS. 2008/52415-8, 2008/53489-8,
2008/53518-7, 2009/52264-6 E 2010/50128-0)**

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: EMENTA: 1- Ato administrativo complexo, o ato concessório de benefício previdenciário (aposentadoria, pensão e reforma) somente se torna ato jurídico perfeito e acabado após o seu exame e registro pelo Tribunal de Contas. Princípio da máxima Efetividade da norma constitucional esculpida no art. 71, III da CRFB/88. Jurisprudência pacífica e consolidada do Excelso Superior Tribunal Federal – STF;

2- Efeito Ex nunc e aplicabilidade imediata, os mandamentos contidos nas Súmulas Vinculantes nºs 15 e 16 do STF devem ser observados no exame técnico deste Tribunal, a partir de 01.07.2009 com incidência imediata sobre todos os processos ainda não registrados pelo TCE, independentemente da data do ato concessório do benefício;

3- Parcela de Abono destinado para o alcance do patamar do salário mínimo (CRFB/88, art. 7º, IV c/c 39, § 3º), sua incidência sempre dependerá do teor do Decreto Governamental, e atualmente (Decreto nº 1.523, de 19.02.2009) possui como vetor exclusivo o conjunto remuneratório do servidor público, se tal está abaixo ou acima do patamar mínimo civilizatório em tela;

4-Pensões. Registros deferidos.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, c/c com as súmulas vinculantes nºs 15 e16 do Supremo Tribunal Federal, registrar os atos de pensão referentes aos processos abaixo discriminados:

Processo nº. 2008/52415-8 – JOSÉ PIMENTA ARGUELLES, dependente da ex-segurada BENEDITA DUTRA ARGUELLES, Portaria nº. 798 de 27/8/2002;

Processo nº. 2008/53489-8 – ANA SIQUEIRA SILVA DE CARVALHO, dependente do ex-segurado MANOEL ALBERTO ESTEVES DE CARVALHO, Portaria nº. 0080, de 30/01/2003;

Processo nº. 2008/53518-7 – IRACEMA BALBINA DA SILVA DOS SANTOS, dependente do ex-segurado ROSEMIRO RODRIGUES DOS SANTOS, Portaria nº. 0366, de 24/6/2003;

Processo nº. 2009/52264-6 – ABNER ANDERSON DE OLIVEIRA PACÍFICO e GLEYCE MARIA DE OLIVEIRA PACÍFICO, dependente da ex-segurada LINAMAR DE OLIVEIRA PACÍFICO, Portaria nº. 0676, de 10/9/2001;

Processo nº. 2010/50128-0 – SHEILA DO SOCORRO MARTINS BARBOSA SOUZA, MATHEUS ANTHONY MARTINS BARBOSA SOUZA e YGOR DOS SANTOS SOUZA dependentes do ex-segurado DIRLEY MORAES DE SOUZA, Portaria PS nº. 0127, de 02/02/2009.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.409
(PROCESSO Nº. 2008/52855-6)**

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Pensão Militar. Registro deferido.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12 de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria RET PS nº. 1089, de 10.08.2009, que trata da pensão militar em favor de CARLA SUELY FEIO SALGADO DA COSTA e ERIC RODRIGO SALGADO DA COSTA dependentes do ex-segurado JOÃO RIBAMAR LIMA DA COSTA.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.410
(PROCESSO Nº. 2008/52930-0)**

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Pensão Civil. Registro deferido.

A C O R D A M os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exm. Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar a Portaria PS Nº 0190 de 18.04.2005, que trata da Pensão Civil em favor de MARIA DALVA CASTRO PINTO, dependente do ex-segurado Antônio Pinto Lisboa.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

ACÓRDÃO Nº. 48.411

(Processos nºs. 2008/53367-0, 2008/53402-7 e 2009/52212-5)

Requerente: INSTITUTO DE GESTÃO PREVIDENCIÁRIA DO ESTADO DO PARÁ

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Pensões. Registros deferidos.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 25, inciso III, da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, registrar os atos de pensão referentes aos processos abaixo discriminados: Processo nº. 2008/53367-0 – RAIMUNDO ERNESTO CORRÊA DE OLIVEIRA e JÉSSICA ANDRADE DE OLIVEIRA, dependentes da ex-segurada JACY ANDRADE OLIVEIRA, Portaria PS nº. 0017 de 03/01/2005;

Processo nº. 2008/53402-7 – LEVI DE SOUSA, dependente da ex-segurada, MARIA DE LOURDES SILVA DE SOUSA, Portaria PS nº. 0244, de 01/06/2004;

Processo nº. 2009/52212-5 – MARIA JOSÉ PEREIRA DE MEDEIROS, dependente do ex-segurado, RONALDO BRUNO FERNANDES DE MEDEIROS, Portaria PS nº. 0139, de 15/01/2002. Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.412
(PROCESSO Nº. 2004/51443-6)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº. 045/2003, firmado entre a Prefeitura Municipal de TERRA SANTA e a FCPTN. **Responsável:** Sr. ADALBERTO CAVALCANTE ANEQUINO, Prefeito à época.

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Prestação de contas. Contas regulares. Intempestividade. Aplicação de multa

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74 inciso VIII da Lei Complementar nº 12 de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) e aplicar ao Sr. ADALBERTO CAVALCANTE ANEQUINO, Prefeito à época CPF nº. 105.244.012-68, multa de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida na forma como dispõe a Lei Estadual nº. 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV, e 3º. da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de 30 (trinta) dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa, decorrente da multa imputada, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.413
(PROCESSO Nº 2004/53534-5)**

Assunto: Prestação de Contas relativa ao Convênio nº 210/2003, firmado entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA TIMBOTEUA e a SEDUC.

Responsável: Sr. MANOEL NOGUEIRA DE SOUSA – Prefeito à época.

Relator : Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Prestação de Contas. Contas regulares. Intempestividade. Aplicação de multa.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos do voto do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento no art. 38, inciso I c/c o art. 74, inciso VIII da Lei Complementar nº 12, de 9 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas no valor de R\$ 27.896,00 (vinte e sete mil, oitocentos e noventa e seis reais) e aplicar ao Sr. MANOEL NOGUEIRA DE SOUSA – Prefeito à época, C.P.F. nº 088.006.772-15, multa no valor de R\$ 300,00 (trezentos reais), pela intempestividade na apresentação da prestação de contas, a ser recolhida na forma do disposto na Lei Estadual nº 7.086/2008, c/c os arts. 2º, IV e 3º da Resolução nº. 17.492/2008/TCE, no prazo de (30) trinta dias, contados da publicação desta decisão no Diário Oficial do Estado.

Este Acórdão constitui título executivo, passível de cobrança judicial da dívida líquida e certa decorrente da multa, em caso de não recolhimento no prazo legal, conforme estabelece o art. 71, § 3º da Constituição Federal.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.414
(PROCESSOS NºS. 2005/52089-7 E 2009/51390-7).**

Assunto: Prestações de Contas

Relator: Conselheiro IVAN BARBOSA DA CUNHA

EMENTA: Prestações de Contas. Contas regulares. Quitação aos responsáveis.

ACORDAM os Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Pará, unanimemente, nos termos dos votos do Exmº Sr. Conselheiro Relator, com fundamento nos arts. 38, inciso I e 39 da Lei Complementar nº. 12, de 09 de fevereiro de 1993, julgar regulares as contas dar quitação aos responsáveis nos processos abaixo relacionados: Processo nº 2005/52089-7 – FEDERAÇÃO PARAENSE DE GINÁSTICA, referente ao Convênio nº 010/2005 – SEEL, no valor de R\$50.000,00 (cinquenta mil reais), de responsabilidade da Sra. CÉLIA MARIA PAES SANTOS – Presidente; Processo nº 2009/51390-7 – ASSOCIAÇÃO MOVIMENTO DOS PESCADORES DO BAIRRO AMAZONAS, referente ao Convênio nº 041/2008 – ASIPAG, no valor de R\$30.000,00 (trinta mil reais), de responsabilidade do Sr. MIGUEL COSTA TEIXEIRA – Presidente.

Plenário “Conselheiro Emílio Martins”, em 14 de dezembro de 2010.

**ACÓRDÃO Nº. 48.415
(PROCESSO Nº. 2006/53434-3)**

Assunto: Prestação de Contas referente ao convênio nº. 211/2005 e Termo Aditivo, firmados entre a PREFEITURA MUNICIPAL DE OERAS DO PARÁ e a ASIPAG.

Responsável: Sr. DULCÍDIO FERREIRA PINHEIRO – Prefeito à época.